

LITERATURA INFANTOJUVENIL, MULHERES E EDUCAÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Simone Cristina Mendonça (UNIFESSPA)

RESUMO: O século XIX, período de grande desenvolvimento para a Literatura no Brasil, também foi um momento de publicações de livros para as crianças, destinados ou não ao uso escolar, com destaque para aqueles escritos por mulheres. A leitura de textos teóricos sobre o assunto nos auxilia a entender a relação entre as crianças, a escola e as mulheres, compreendendo a literatura infantojuvenil da época como local de afirmação de valores morais e patrióticos, mas também como uma oportunidade para a escrita de autoria feminina, ainda que submetida aos padrões patriarcais vigentes. São reflexões em torno dessa relação e de seus desdobramentos que apresentaremos neste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: literatura e educação, literatura infantojuvenil, mulher e literatura

CHILDREN'S LITERATURE, WOMEN AND EDUCATION IN BRAZIL IN THE 19th CENTURY

ABSTRACT: The 19th century, a time of great development for Literature in Brazil, was also a time of book publications for children, intended or not for school use, especially those written by women. The reading of theoretical texts on the subject helps us understand the relationship among children, values, school and women, by considering the children's literature of the time as a place of affirmation of moral and patriotic values, but also as an opportunity for women's writing, although subject to the existing patriarchal patterns. We herein present reflections on this relationship and its consequences.

KEYWORDS: literature and education, children's literature, woman and literature



As primeiras aventuras da literatura infantojuvenil no Brasil

Ainda nos primeiros anos de imprensa no Brasil, com a chegada da Família Real e a fundação da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, em 1808, imprimiu-se um livro que, por seu enredo, pode ser considerado como destinado ao público infanto-juvenil. Trata-se das *Aventuras pasmozas do célebre barão de Munkausen*, traduzido do inglês e publicado em 1814.

O livro tem sua autoria atribuída ao cientista e bibliotecário alemão Rudolf Erich Raspe (1737-1794) que o publicou em 1785. Em 1814, o capitão da Marinha e da Guerra, André Jacob, na altura, morador do Rio de Janeiro, traduziu as *Aventuras* do inglês para o português e custeou a edição da obra, feita na Imprensa Régia do Rio de Janeiro no mesmo ano¹. São dessa edição as citações feitas neste trabalho.

As *Aventuras pasmozas* seguem uma linha de livros de aventuras que já fazia sucesso na Europa desde o séc. XVIII, período em que a produção de livros escritos ou adaptados para crianças se desenvolveu principalmente na Inglaterra, país em acelerado crescimento pelas fábricas e pela atração de pessoas para núcleos urbanos:

A literatura infantil traz marcas inequívocas desse período [séc. XVIII]. Embora as primeiras obras tenham surgido na aristocrática sociedade do classicismo francês, sua difusão aconteceu na Inglaterra, país que, de potência comercial e marítima, salta para a industrialização, porque tem acesso às matérias-primas necessárias (carvão, existente nas ilhas britânicas, e algodão, importado das colônias americanas), conta com um mercado consumidor em expansão na Europa e no Novo Mundo e dispõe da marinha mais respeitada da época. (LAJOLO & ZILBERMAN, 1985, p. 18).

Valores burgueses, como a busca pelo fortalecimento da família e a valorização da criança, colaboraram para o incremento da publicação de livros infantojuvenis nos setecentos. Da mesma forma, contribuíram as questões

¹ Conferir em Souza (2007, p. 81) o documento comprobatório da tradução [Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Registro de Avisos e Ofícios. Livro 7 da Corte – 1814-1815 – f. 33v].

relativas ao mercado, tendo em vista que, assim como o brinquedo, o livro também representava um objeto de consumo destinado à criança. Destacam-se as adaptações inglesas de romances de aventura para o público infantil *Robinson Crusoe* (1719), de Daniel Defoe e *Viagens de Gulliver* (1726), de Jonathan Swift.

Como aponta o título das *Aventuras pasmozas* publicadas no Brasil, o livro conta a história de um barão que viajou pelo mundo num navio e até foi à lua em um balão. Em primeira pessoa, com um narrador muito convencido de sua astúcia, descreve as várias viagens de Munkausen, que vai contando as mais duvidosas peripécias. Por onde passava, o barão tomava conhecimento de novos costumes, línguas, religiões, governos e habitantes, sempre estabelecendo comparações. Ironicamente, até mesmo nas mais mirabolantes aventuras do barão de Munkausen, qualificadas no título como “pasmozas”, foi empregada a estratégia de apresentação das aventuras como se fossem histórias reais.

Além do caráter fantástico de todas as histórias contadas, o Barão, no decorrer do texto, tentava comprovar suas aventuras, apresentando detalhes: “medimos o Crocodilo, cujo comprimento era exactamente de quarenta pés”² (p. 5), ou “entre outros [ninhos] achamos hum de Maçaricos de prodigioza grandeza; a sua circumferencia era pelo menos o duplo do zimborio de S. Paulo em Londres” (p. 57). Sob o mesmo prisma, o narrador fazia, ainda, referências geográficas e a períodos históricos, a exemplo de “No principio do Reinado do prezente Rei tive alguns negócios a concluir na Ilha de Thanet” (p. 64). Todavia, as tentativas revelam justamente detalhes confusos, não específicos, nem explicados.

O protagonista menciona outras aventuras publicadas anteriormente, mas apresentadas como inferiores às suas, uma vez que ele supera feitos de personagens famosos, como Gulliver e D. Quixote. Ademais, no intuito de se apresentar como superior a todos os homens de histórias já conhecidas, o

² Foi mantida a ortografia do original consultado na Biblioteca José e Guita Mindlin. Uma versão digitada da obra está disponível no *site* do projeto temático *Caminhos do romance no Brasil*: www.caminhosdoromance.unicamp.br.



narrador fazia, ainda que indiretamente, referências à mitologia e às histórias bíblicas do Antigo Testamento, como a de Jonas, que foi engolido por um peixe e conseguiu sobreviver³. Munkausen, que passou por situação semelhante, foi também capaz de sair vivo da barriga de um peixe, mas sem a ajuda divina.

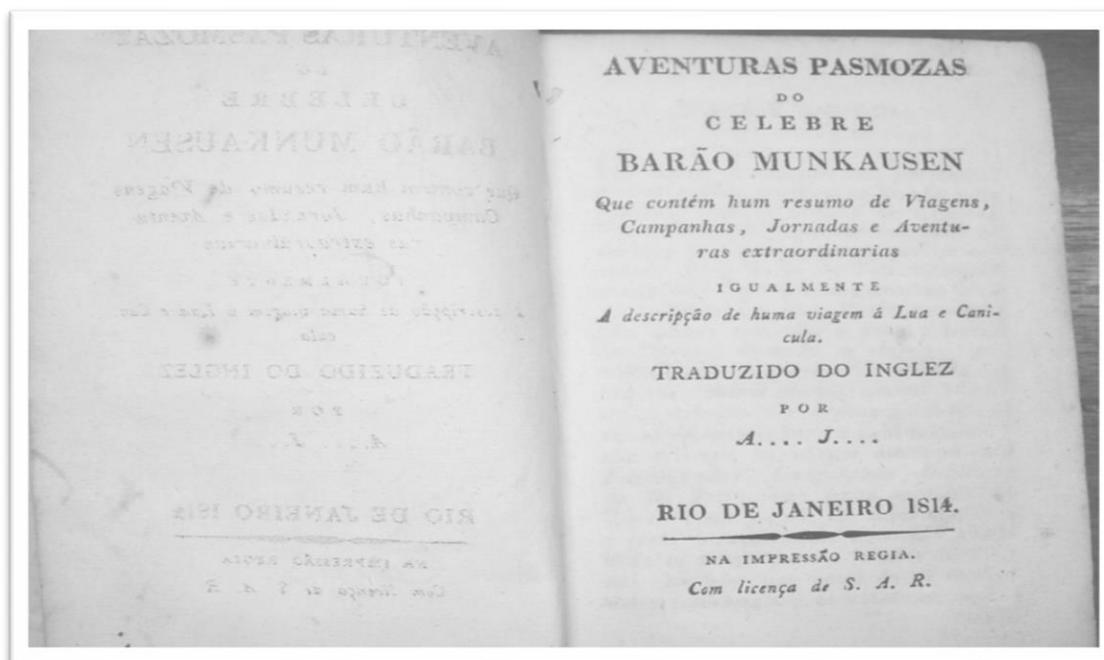


Imagem do livro obtida na Biblioteca José e Guita Mindlin

Lajolo e Zilberman (1985) citam outro título do início do séc. XIX também direcionado ao público infanto-juvenil: “a coletânea de José Saturnino da Costa Pereira, *Leitura para meninos*” (1818), porém advertem que tais “publicações eram esporádicas (...) e, portanto, insuficientes para caracterizar uma produção literária brasileira regular para a infância” (p. 24).

O nascimento da Literatura infanto-juvenil brasileira e a presença de livros de autoria feminina

Na virada do século XIX para o XX, as publicações do gênero infanto-juvenil no Brasil tomaram força, impulsionadas por fatores sócio-econômicos:

³ “Deparou pois o Senhor um grande peixe, para que tragasse a Jonas; e esteve Jonas três dias e três noites nas entranhas do peixe. (...) Falou pois o Senhor ao peixe, e ele vomitou a Jonas na terra”. [Jonas, 1.17; 2.10]. (SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL, 2011, p. 900).

aumento dos habitantes de núcleos urbanos, conseqüente aumento e diversificação dos consumidores, publicações voltadas para públicos específicos, como a “produção didática e literária dirigida em particular ao público infantil” (LAJOLO & ZILBERMAN, 1985, p. 25).

Também datam deste período, as campanhas para alfabetização e fortalecimento das escolas, estas, contudo, sem materiais de leitura adequados que lhes auxiliassem na tarefa do ensino da leitura e da escrita, baseados, neste tempo, em documentos judiciais. A demanda de produção nacional incitou, por exemplo, uma exigência de José Veríssimo:

Neste levantamento geral, que é preciso promover a favor da educação nacional, uma das mais necessárias reformas é a do livro de leitura. Cumpre que ele seja brasileiro, não só feito por brasileiros, que não é mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime. (VERÍSSIMO, 1906, p. 19 *apud* SANTOS, 2010, p. 60).

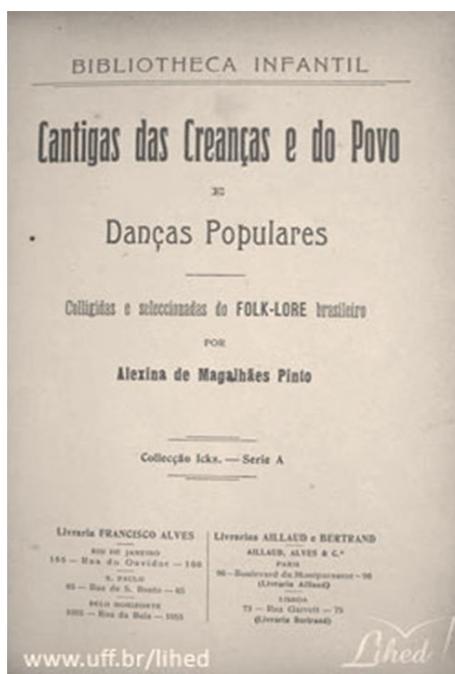
A literatura infantojuvenil, destarte, viria suprir essa carência, tendo como público alvo os alunos, obrigados a aprender a leitura e a escrita com a utilização de cartas e documentos. Embora houvesse a possibilidade de importação, os intelectuais da época também foram incentivados a traduzir livros do gênero por acreditarem que as traduções portuguesas que lhes chegavam às mãos em muito se distanciavam do vocabulário corrente, dificultando a compreensão das histórias:

Carlos Jansen e Figueiredo Pimentel são os que se encarregam respectivamente, da tradução e adaptação de obras estrangeiras para crianças. Graças a eles, circulam no Brasil, *Contos seletos das mil e uma noites* (1882), *Robinson Crusóe* (1885), *Viagens de Gulliver* (1888), *As aventuras do celeberrimo Barão de Munchhausen* (1891), *Contos para filhos e netos* (1894) e *D. Quixote de La Mancha* (1901), todos vertidos para a Língua Portuguesa por Jansen. Enquanto isso, os clássicos de Grimm, Perrault e Andersen são divulgados nos *Contos da Carochinha* (1894), nas *Histórias da avozinha* (1896) e nas *Histórias da baratinha* (1896), assinadas por Figueiredo Pimentel e editadas pela Livraria Quaresma. (LAJOLO & ZILBERMAN, 1985, p. 29).



Dois outros livros merecem destaque quando se fala em traduções de obras para crianças neste período: *Le tour de la France par deux garçons* e *Cuore*. O livro francês recebeu uma adaptação feita a quatro mãos – Olavo Bilac e Manoel Bonfim publicaram, em 1910, *Através do Brasil*. (LAJOLO & ZILBERMAN, 1985, p. 35).

Para além das traduções e adaptações, tomaram fôlego as publicações escritas por autores brasileiros, como Olavo Bilac, Coelho Neto, Tales de Andrade, Júlio da Silva, Arnaldo Barreto, Ramon Roca, Teodoro de Moraes João Vieira de Almeida, Afonso Coelho, entre outros. Neste ponto, merece destaque a pena feminina, com os nomes de Francisca Júlia, Júlia Lopes de Almeida, Adelina Lopes Vieira, Zalina Rolim e Presciliana D. de Almeida. Uma vertente folclórica da literatura infantil também se fez presente, com Alexina de Magalhães Pinto e as “cantigas, histórias, provérbios e brinquedos recolhidos pela autora”. (LAJOLO & ZILBERMAN, 1985, p. 38).



Frontispício disponível na *web*, no endereço indicado na imagem

Nesse sentido, vale lembrar que, no período, o ofício da escrita não era algo muito bem visto para as mulheres. Quanto aos preconceitos em relação à escrita de autoria e até mesmo ao livre pensamento e à liberdade de expressão,

Norma Teles, em “Escritoras, escritas, escrituras”, foi contundente: “à mulher era negada a autonomia, a subjetividade necessária à criação” (TELES, 2008, p. 403). A autora prossegue, indicando um percurso de grandes dificuldades, porém com saldo final positivo para as mulheres escritoras do século XIX:

Como a cultura e os textos subordinam e aprisionam, as mulheres, antes de tentarem a pena cuidadosamente mantida fora de seu alcance, precisaram escapar dos textos masculinos que as definiam como ninharia, nulidade ou vacuidade, como sonho e devaneio, e tiveram de adquirir alguma autonomia para propor alternativas à autoridade que as aprisionava. Mesmo assim, as mulheres no século passado escreveram e escreveram bastante. (TELES, 2008, pp. 408-409).

Ainda segundo Teles (2008), entre as muitas transformações ocorridas no séc. XIX, houve a redefinição do papel da mulher, tida tanto como virtuosa colaboradora do marido e educadora dos filhos, como perversa, fatal. A cultura burguesa de binarismos reforçava a mulher como anjo ou perversa, mantendo-se sua condição de inferior aos homens.

Não obstante, como vimos, as mulheres escritoras galgaram um lugar na literatura brasileira, nem sempre bem visto e, muitas vezes, criticado pelos letrados da época. Teles (2008) ressalta que nem todos os temas eram propícios para a pena feminina, ficando reservados alguns sobre os quais não lhes era permitido manifestar-se. Assim, se as escritoras do período encontraram dificuldades, imaginemos os percalços daquelas que se arriscaram nas temáticas sociais, tais como a abolição, como fez Narcísia Amália de Campos.

Os discursos críticos, ainda que condescendentes com os escritos líricos, se mostravam severos aos casos de obras de cunho social como ocorreu com Narcísia Amália de Campos, que recebeu críticas negativas aos seus poemas de cunho social. Sílvio Romero, por exemplo, considerou-os como “indignos de ocupar as páginas de um livro de mulher” (ROMERO, s.d, *apud* TELES, 2008, p. 422). A ousadia da autora em escrever sobre assuntos da esfera pública a fez merecedora de uma ríspida crítica, pois, para o historiador da literatura, outros assuntos deveriam ocupar as páginas de um livro de mulher, aqueles



relacionados à “sua esfera perfumada de sentimento e singeleza” (*idem, ibidem*). Teles revela:

Interdição à fala, interdição à escrita, a não ser a dos conselhos e modelos, interdição à poesia política. Narcísia Amália explícita, no poema, Invocação:

‘Quando intento librar-me no espaço
As rajadas em tétrico abraço
Me arremessam a frase – mulher’ (2008, p. 424).

Como se vê, nem só de inspiração poética, lírica ou social, poderiam ser os versos das brasileiras que escreviam no século XIX, uma vez que sua condição subalterna na organização social – e também na organização do mundo das Letras – não lhes permitia falar sobre todo e qualquer assunto.

As críticas, contudo, não desmotivavam as autoras que, no intuito de difundir suas ideias sobre uma maior abertura do ambiente letrado para os escritos de autoria feminina, fundaram periódicos destinados às mulheres:

No Brasil do século XIX, várias mulheres fundaram jornais visando esclarecer as leitoras, dar informações, chegando, ao final do período, a fazer reivindicações objetivas. Muitas vezes, esses jornais pertenciam a mulheres de classe média, algumas das quais chegaram a formar uma rede, de norte a sul, atentas às publicações e ações das mulheres. (TELES, 2008, p. 426).

Dentre os títulos de periódicos, merece destaque o da Revista *Mensageira*, publicada em São Paulo, entre 1897 e 1900, e que trazia em seu conteúdo a divulgação de livros publicados por mulheres (brasileiras ou não), artigos sobre mulheres de diferentes nacionalidades e conquistas profissionais das mulheres. (Cf. KAMITA, 2004, pp. 164-168).

Algumas autoras, por sua vez, tiveram êxito nas publicações literárias, como aconteceu com Júlia Valentina Lopes de Almeida, ou Júlia Lopes de Almeida, que escreveu folhetins, romances, contos e teatro. A autora conquistou elogios da crítica em diferentes épocas. Wilson Martins (1978), por exemplo, elogiou o romance *Viúva Simões* (1897), da autora, colocando-a ao lado de Graça Aranha e Coelho Neto e comparando a trama saída da pena dela

aos escritos realistas de Eça de Queirós. Apesar de longa, a citação é válida para comprovar a importância dada pelo crítico à autora oitocentista:

[...] é preferível pensar que a nossa idade mental era então [1897] melhor representada por *Canaã*, de Graça Aranha (1868-1931), de que a *Revista Brasileira* publica um excerto, pelo *Inverno em Flor*, de Coelho Neto, e, sobretudo, pela *Viúva Simões*, de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), que então apareceu em volume, depois de ter sido publicado, dois anos antes, na *Gazeta de Notícias*.

[...]

A *Viúva Simões* é um excelente romance, de grande força dramática, escrito num estilo brilhante e enxuto, com perfeito desenvolvimento narrativo. Na intriga, a viúva reencontra Luciano, seu primeiro amor, cujo abandono inexplicado levava-a a casar-se por despeito, sendo, aliás, inteiramente feliz na vida conjugal. Agora, vinte anos depois, Luciano tenta reconquistá-la para uma simples aventura de passagem, encontrando, a princípio, a instintiva hostilidade de Sara [filha da viúva]. Depois da catástrofe [Sara adoece], Luciano retira-se para a Europa, enquanto a viúva e a filha passam a viver o seu destino. Esse livro compara-se ao melhor Eça, se não for melhor do que Eça; o paralelo é inevitável, já que a técnica os princípios da escola e o estilo (claramente lusitanizante em Júlia Lopes de Almeida) aproximam um do outro os dois escritores. (MARTINS, 1978, p. 11-12). [Grifos nossos]

Sempre merece destaque, também, Dionísia Gonçalves Pinto, conhecida como Nísia Floresta (1810-1885), autora bastante lembrada nas discussões contemporâneas acerca dos oitocentos. Nísia Floresta traduziu livremente o famoso *Vindications for the rights of woman* (1792), de Mary Wollstonecraft, em *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832). Também publicou outros textos em busca dos direitos da mulher, além de se dedicar aos direitos dos escravos, conforme comprovam artigos seus em jornais, crônicas, contos, poesias e ensaios (Cf. TELES, 2008, pp. 405-406).

Da mesma forma, a autora publicou *A lágrima de um caeté* (1849), poema indianista, com exaltação da natureza e dos indígenas, mas com a visão do índio inconformado; *Páginas de uma vida obscura* (1855), folhetim com história de um escravo, seus atos e sua dedicação ao trabalho, que circulou no jornal *O*



Brasil ilustrado; além de ensaios sobre educação dos jovens e das mulheres: *Cintilações de uma alma brasileira* (1859). (Cf. DUARTE, 2010, p. 11-14).

Por fim,

Das viagens pela Europa, resultaram alguns livros que, bem ao gosto da época, contêm suas impressões de lugares que ia conhecendo. Mas, Nísia Floresta não realiza relatos de viagem, pois descreve com riqueza de detalhes as cidades, igrejas, museus, parques, bibliotecas e monumentos, detendo-se nos tipos humanos, e comentando tudo com sensibilidade e erudição. *Itinerário de uma viagem à Alemanha* (1857), *Três anos na Itália, seguidos de uma viagem à Grécia* (1864 e 1872). (DUARTE, 2010, p. 14).

Nísia Floresta dedicou-se esforçadamente ao magistério, fundando e dirigindo um colégio de meninas, no Rio de Janeiro, em 1838. O colégio, no entanto, não foi visto com bons olhos por alguns, como se nota em comentário publicado no jornal *O Mercantil*, em dois de janeiro de 1847: “trabalhos de língua não faltaram; os de agulha ficaram no escuro. Os maridos precisam de mulher que trabalhe mais e fale menos” (Cf. DUARTE, 2010, p. 17).

De fato, datam do período as importantes campanhas pela educação das mulheres, ainda que ligadas à ideia da maternidade. Como nos informa Kamita (2004): “A educação feminina era defendida porque assim ela teria condições de exercer com maior competência seu papel de mãe e criar os filhos que seriam melhores cidadãos” (p. 165). Embora com alguns obstáculos, o magistério surgia como uma possibilidade de trabalho para as mulheres, à época, em busca de valorização e mesmo de ascensão social. É o que nos mostra o romance *Memórias de Marta* (1899), de Júlia Lopes de Almeida, no qual a protagonista, órfã de pai, narra, em primeira pessoa, suas lutas e de sua mãe pela sobrevivência, uma vez que estão desamparadas da presença masculina. Prossegue com sua trajetória de estudos até tornar-se professora, momento em que passa a auxiliar no orçamento doméstico, proporcionando melhor qualidade de vida à mãe.

A dedicação à educação das crianças, da mesma forma, mostra-se um caminho possível e com menos dificuldades para as escritoras brasileiras. Ao

que tudo indica, os livros com destino escolar ou de histórias para as crianças poderiam vir identificados com os nomes das autoras brasileiras, as quais nem sempre poderiam assinar suas demais produções literárias, como aconteceu com Júlia Lopes de Almeida, por exemplo, conforme nos diz Vieira (2011):

[...] por mais de 30 anos, Júlia Lopes de Almeida escreveu para diversos jornais e revistas do Rio e de São Paulo como *A Semana* – onde também colaboravam Olavo Bilac e Arthur Azevedo – *O País*, *Ilustração Brasileira*, *A mensageira*, o influente *Jornal do Comércio*, etc. Em muitos artigos assinou com os pseudônimos. (p. 02) (Grifos nossos)

A constatação de que os livros de literatura infantojuvenil possam ter sido um lugar propício para que as mulheres brasileiras conseguissem inserção no mundo letrado, contudo, não necessariamente está atrelada aos movimentos de cunho feminista, pois é preciso lembrar que o gênero, na época, foi cerceado por uma áurea de moralismo e ufanismo, tanto nos livros escritos por homens como por mulheres.

As temáticas de civismo, patriotismo, disciplina, obediência, caridade e honestidade, com personagens de comportamentos exemplares, dão o tom moral às histórias infantis, salpicadas de conselhos e que trazem disfarçadas lições sobre a paisagem e o povo brasileiros (LAJOLO & ZILBERMAN, 1985, pp. 32-40).

A título de exemplo, cito um poema de incitação ao patriotismo, de Zalina Rolim:

Ei-IA! Como é bonita!
- Arma de general! -
Vê-la somente, excita
Bravura sem igual.

Cintila a folha de aço,
Como um espelho ao sol;
E, em tudo, acende um traço
De fúlgido arrebol.

Os copos são de prata,
E, ao seu contato, a mão
Guerreira sente-se, e apta



Para a mais nobre ação.

Com ela, ante o perigo.
Sinto-me forte, audaz,
E a fúria do inimigo
Desce a implorar-me paz.

E o meu corcel se inflama,
Galopa e corre e voa;
E do meu nome a fama,
Por toda a parte ecoa.

E eu hei de abrir fileiras,
E glórias mil e mil
Colher, sob as bandeiras,
Ovantes, do Brasil!

(ROLIM, 1897).

E, mesmo mantendo-se essas temáticas de patriotismo, de valorização da moral e dos bons costumes, as mulheres, ao que tudo indica, ainda tiveram que solicitar certa permissão para a inserção no mercado editorial e nas bibliotecas dos lares dos pequenos brasileiros. No prefácio de seus *Contos Infantis em Verso e Prosa*, por exemplo, as autoras Adelina Lopes Vieira e Júlia Lopes Vieira avisam de antemão, como quem apresenta seus escritos com receio de não serem bem aceitos: “nosso fito é a educação moral e estética; um desejo que, por ser bem intencionado, nos deve ser permitido” (VIEIRA & VIEIRA, 1910, p. 5-6 *apud* SANTOS, 2010, p. 63).

Vemos, assim, que embora haja a constatação das publicações escritas por mulheres, algumas ainda temiam a não aceitação de seus textos, mesmo os destinados às crianças.

Os livros para jovens e crianças e o ensino

O intuito de exaltar preceitos morais também se fazia presente na escola. Com relação a isso, cabe voltar ao tópico da falta de materiais impressos destinados ao uso escolar, de que se falou anteriormente. Mesmo pensando-se no ensino secundário, temos notícia de que, em meados século XIX, havia carência de manuais, sobretudo para o ensino da Língua e da Literatura. Em *O*

império da eloquência, Roberto Acízelo de Souza (1999) analisou a gradativa inserção da literatura nos programas de ensino secundário, com especial atenção aos do prestigiado Imperial Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em detrimento da também gradativa saída dos tratados de retórica e poética. Segundo o autor, tal carência começa a ser sanada na década de 60 dos oitocentos:

Quanto à literatura nacional cabe destacar: 1º - o “compêndio próprio” cuja falta para o sétimo ano é assinalada nos programas de 1858 e 1860 torna-se então disponível, tratando-se do *Curso elementar de literatura nacional*, de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, publicado em 1862 e no mesmo ano adotado como livro oficial, condição em que permanece nos programas de 1863 e 1865. (SOUZA, 1999, p. 34).

De acordo com o levantamento do autor, a produção editorial de manuais didáticos aumenta no final do século, acompanhando, podemos dizer, o movimento de publicação de livros destinados às crianças. Os manuais estrangeiros deixam de ser utilizados nas aulas de literatura, que ganham ares brasileiros:

No que concerne aos livros adotados [no Imperial colégio Pedro II], como é natural, ocorre modificação correlativa à de currículo e programas: em 1892, no antigo Imperial Colégio Pedro II, republicanamente renomeado Ginásio Nacional, já não se estuda mais pelos compêndios de retórica-poética de Le Clerc, Freire de Carvalho, Silva Pontes, Honorato Velho da Silva ou Fernandes Pinheiro, mas pela História da Literatura Brasileira de Sílvio Romero, cuja edição de 1888 seria a primeira de uma série que atravessaria o século XX. (SOUZA, 1999, p. 37).

Também pensando no ensino secundário e nas concepções de professor-leitor dos autores de manuais didáticos do século XIX e início do XX, Magda Soares, numa perspectiva histórica, analisa a *Antologia Nacional – Collecção de excertos dos principaes escriptores da língua portuguesa* (1895), de Fausto Barreto e Carlos de Laet, que perdurou nas salas de aula até a década de 60 do século seguinte.



O livro continha, segundo a pesquisadora, uma seleção de obras de autores portugueses e brasileiros mais representativos (e que já não se encontravam vivos), mas, com o passar das edições, a presença brasileira vai se fazendo mais forte, de modo que a concepção da leitura escolar, antes tida como de “autores de língua portuguesa (...), vai progressivamente passando à concepção de que na escola deveriam ser lidos predominantemente autores brasileiros.” (SOARES, 2001, p. 43).

Os textos de poetas e prosadores avolumavam quase 600 páginas desse manual didático de tomo único para todas as séries do secundário, acrescentando-se que aqueles que se apresentavam como excertos dos originais ocupavam entre 5 a 10 páginas, fatos que podem surpreender o observador dos livros para crianças e jovens destinados ao uso escolar na contemporaneidade.

Além do critério de escolha de autores já falecidos, os autores da *Antologia Nacional* também primavam pelos valores éticos e morais:

Esmeramo-nos em repelir tudo que não respirasse a honestidade que cumpre manter no ensino, observando, como pais de família e educadores, o máximo respeito que, como disse um Romano, todos devemos ter à puerícia. (BARRETO & LAET, 1895, prefácio da 1ª edição, *apud* SOARES, 2001, p. 44).

As temáticas da *Antologia Nacional*, então, tal como era de praxe no final do séc. XIX e início do XX, versavam em torno da moral e dos bons costumes (respeito, honestidade, normas e preceitos), reforçando a “concepção de leitura escolar como instrumento de formação ética do aluno” (SOARES, 2001, p. 45).

Considerações finais

Período de grande efervescência literária e de transformações significativas nos âmbitos da história e da política, o século XIX ainda se nos apresenta como grande desafio, campo para (re)descobertas e para o despertar de inquietações. Para este trabalho, estabelecemos recortes, nos propondo a iniciar uma conversa sobre os primeiros textos de autores brasileiros destinados

ao público infantil e juvenil, escritos no final do século, e o papel da mulher na literatura oitocentista.

No decorrer das leituras, verificamos que esses textos infanto-juvenis acabaram por significar um lugar propício para a escrita de autoria feminina, o que nos levou a verificar, também, a relação entre as mulheres, as crianças e a educação.

Constatação já verificada é a de que os textos escritos para crianças e jovens, naquele tempo, centravam-se em valores morais, tais como o amor à pátria, inclusive, com homenagens a personagens marcantes da história do Brasil, como a de Olavo Bilac e Coelho Neto a Fernão Dias Paes Leme, nos seus *Contos pátrios*:

Mas o ouro e os diamantes adquiridos, durante os dez anos de expedição, lhe davam uma fortuna, capaz de consolar facilmente dessa desilusão. E, se Fernão Dias Paes Leme não teve a glória de descobrir esmeraldas no Brasil, teve em compensação a glória mais alta de ter lançado a semente da civilização nos sertões de Minas Gerais, fazendo oito cidades rebentarem de seu solo inculto. (BILAC & NETO, 1931)

O excerto, bem como muitos outros textos da literatura infanto-juvenil do período, pode despertar fortes críticas negativas ao leitor atual, mas não se pode negar que esses textos são de significativa importância para o início da escrita de literatura infanto-juvenil em nosso país. Como também se verificou, os livros voltados para crianças e jovens foram tidos como um caminho de acesso mais fácil para as escritoras brasileiras.

Por fim, cremos que os apontamentos deste trabalho nos mostram um cenário rico e com muitos pontos a serem explorados mais a fundo, no que diz respeito às mulheres escritoras, a seus textos, à atividade literária destinada ao público infanto-juvenil, ao papel da escola e aos desafios e saldos positivos deixados para os períodos vindouros.

Referências

ALMEIDA, J. L. de. **Memórias de Marta**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.



BILAC, O. & NETO, C. **Contos Pátrios**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1931 (27ed.) [1ed. 1894]. Disponível em: <www.unicamp.br/iel/memoria> Acesso em: 15 fev. 2013.

DUARTE, C. L. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <www.dominiopublico.com.br> Acesso em: 15 fev. 2013>.

KAMITA, R. C. Revista *A mensageira*: alvorecer de uma nova era? **Estudos Feministas**, Florianópolis, Vol. 12, n° 264, 2004. p. 164-168.

LAJOLO, M. & ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira**: história e histórias. (2ed.). São Paulo: Ed. Ática, 1985.

LAJOLO, M. & ZILBERMAN, R. **Um Brasil para crianças**. Para conhecer a literatura infantil brasileira: história, autores e textos. São Paulo: Ed. Global, 1993.

MARTINS, W. **História da inteligência brasileira**. Vol. V (1897-1914). São Paulo: Cultrix; EdUSP, 1978.

PRIORE, M. D. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

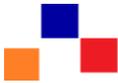
RASPE, E. R. **Aventuras pasmozas do célebre barão de Munhausen**. Que contém hum resumo de viagens, campanhas, jornadas e aventuras extraordinárias igualmente a descrição de huma viagem á Lua e Canícula. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1814. (Trad. André Jacob)

ROLIM, Z. **Livro das Crianças**. Boston: C. F. Hammett, 1897. Disponível em: <www.unicamp.br/iel/memoria> Acesso em: 15 fev. 2013.

SANTOS, A. do N. **Pátria, nação, povo brasileiro na produção didática de Manoel Bonfim e Olavo Bilac**: Livro de Leitura (1899) e Atravez do Brasil (1910). São Paulo, SP, 2010. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, PUC, 2010.

SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL. **Bíblia Sagrada**. Barueri, 2011, 1229p.

SOARES, M. O livro didático como fonte para a história da leitura e da formação do professor-leitor. In: MARINHO, M. (Org.). **Ler e navegar**: espaços e percursos da leitura. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura no Brasil, 2001. p. 31-76.



SOUZA, R. A. de. **O império da eloquência**: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EDUERJ; EDUFF, 1999.

SOUZA, S. C. M. de. **Primeiras impressões**: romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822). Campinas, SP, 2007. 203f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2007.

TELES, N. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, M. D. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. (9 ed.) São Paulo: Contexto, 2008. p. 401-442.

VIEIRA, M. J. de A. P. A literatura feminista de Júlia Lopes de Almeida. In: XIV SEMINÁRIO NACIONAL MULHER E LITERATURA/V SEMINÁRIO INTERNACIONAL MULHER E LITERATURA. 14, 5, 2011, Brasília. Anais do XIV Seminário Nacional *Mulher e Literatura*/V Seminário Internacional *Mulher e Literatura*. Brasília: UnB, 2011. Disponível em: <www.telunb.com.br/mulhereliteratura/anais/wp-content/uploads/2012/01/marly_jean_araujo.pdf> Acesso em 01 nov. 2013.

Recebido em 14/05/2014.

Aceito em 26/10/2014.

Simone Cristina Mendonça

Professora de Estudos Literários na UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, onde coordena o grupo de estudos e o projeto de pesquisa “Mulheres na literatura brasileira do séc. XIX”, desde 2013. A partir de agosto de 2014, o projeto passou a contar com o apoio do CNPq, sob forma de bolsa de iniciação científica para as alunas Ana Célia de Brito Santos e Fabiana Gonçalves Farias. Este artigo resulta, em parte, das leituras e discussões feitas no grupo de estudos, juntamente com as bolsistas, às quais a autora agradece. E-mail: simo1572@yahoo.com.br.